

13.3 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas para consulta na Secretaria-Geral, na morada abaixo indicada, sem prejuízo dos demais meios de publicação aplicáveis, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Formalização das candidaturas:

14.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, ou remetidas pelo correio, registadas com aviso de recepção, em envelope fechado, com a referência «Concurso interno de acesso geral para a carreira técnica superior, categoria de técnico superior principal, área funcional — assessoria técnico-jurídica», até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

14.2 — No requerimento de admissão deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Identificação completa do concorrente (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emiteu, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone para contacto);
- Habilitações literárias;
- Identificação do lugar a que se candidata, com indicação da referência do concurso, número do aviso e número e data do *Diário da República* em que o mesmo é publicado;
- Identificação da categoria detida e área funcional onde exerce funções;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento de admissão ao concurso.

14.3 — O requerimento de admissão deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae*, actualizado, datado e assinado, do qual conste a experiência profissional, com indicação das funções mais relevantes para o lugar a que se candidata e de quaisquer outros elementos que o candidato entenda indicar para a apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Fotocópia simples de documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções, com descrição das tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;
- Documentos comprovativos da formação profissional, com indicação da duração das acções de formação, bem como da entidade que as promoveu; outros documentos comprovativos das situações invocadas pelos candidatos e susceptíveis de influírem na avaliação ou que constituam motivo de preferência legal;
- Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho, reportadas aos últimos três anos de serviço classificados.

14.4 — Os candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça estão dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c), f) e g) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

14.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

15 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, director de serviços.

Vogais efectivos:

1.º Licenciada Maria do Rosário Lagarto Pereira, chefe de divisão, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Engenheiro Mário Jaime da Silva Mesquita, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

1.ª Licenciada Maria do Céu Marques Barata Lima Pires, técnica superior.

2.ª Licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, chefe de divisão.

6 de Abril de 2005. — A Secretária-Geral, *Ana Vaz*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 8790/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por meu despacho de 28 de Janeiro de 2005:

José Júlio Celas Fernandes, escrivão-adjunto, do Tribunal da Comarca do Bombarral — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escrivão de direito, no período de 20 de Abril a 7 de Maio de 2004.

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 8791/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Licenciado Joel António Fernandes Serra Henriques, técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior de serviço social, escalão 2, índice 415, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência — transferido, como técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior de reeducação, para o mesmo escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8792/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria Regina Ramos Garcia Costa, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8793/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Março de 2005, no exercício de competência delegada:

Rute Maria Leite Silva Cabral, assistente administrativa principal, escalão 1, índice 222, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, requisitada nesta Direcção-Geral desde 10 de Novembro de 2003 — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8794/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Sofia Silva Valente, assistente administrativa especialista, escalão 1, índice 269, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8795/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Vítor João Pedrosa Agostinho, enfermeiro graduado, escalão 4, índice 165, do quadro de pessoal do Hospital de Santo André, S. A., — transferido, com a mesma categoria, escalão e índice, para